



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **3002906-09.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Domecilia Sampaio da Costa**
 Requerido: **NATHALIA DUARTE LIANI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustentou a autora que estava com seu automóvel regularmente estacionado em via pública local quando foi abalroada pela ré, a qual saía com outro veículo de uma garagem.

A responsabilidade pelo evento não foi refutada pela ré em contestação, porquanto ela em momento algum teceu considerações objetivas tendentes a eximir sua culpa pela colisão em apreço.

O principal argumento expendido pela ré concerne ao valor postulado na exordial, reputado excessivo.

Não lhe assiste razão, porém.

Com efeito o pleito está alicerçado na nota fiscal acostada a fl. 05, dando a mesma conta de que foram realizados serviços de funilaria e pintura no automóvel da autora, descrição compatível com o que se dá em situações afins.

A esse elemento de convicção não se contrapuseram outros de igual natureza que lançassem dúvidas consistentes quanto à credibilidade que ele deveria merecer.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O documento de fl. 19 por si só não prepondera sobre aquela nota fiscal, não se concebendo a emissão desta – com todas as implicações que esse ato proporciona – sem que houvesse efetivo lastro para tanto.

No mesmo contexto apresenta-se o depoimento da testemunha Ariovaldo Jacyntho, máxime porque foi ela quem subscreveu o orçamento de fl. 19.

Por oportuno, assinalo que a circunstância do "dono" do veículo da autora trabalhar na oficina onde o mesmo estava quando vistoriado pela testemunha Ariovaldo, consoante assentou em seu depoimento, não foi respaldada por um só dado que ao menos lhe conferisse verossimilhança.

O quadro delineado, aliado à ausência de outras provas que denotassem realmente o exagero da autora ao formular o seu pedido, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.273,00, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2013 (época do desembolso de fl. 05), e de juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**